

Editorial 42 – Resumo do Relatório Económico do 1.º Semestre de 2021

No próximo dia 11 de Janeiro, pelas 9 horas, o CINVESTEC apresentará o seu Relatório Económico do 1.º Semestre, na Universidade Lusíada de Angola, no Auditório Doutor Martins da Cruz, no Largo Lumeje.

Publicamos aqui o Resumo do Relatório como apelativo para a participação do leitor no referido evento.

Devido às questões metodológicas no cálculo do PIB em medidas encadeadas de volume do INE, expostas no corpo do relatório, usámos os dados oficiais do PIB nominal publicados pelo BNA como base para os indicadores da evolução da nossa economia

No 1.º Semestre de 2021, o PIB em USD correntes (sem o uso de qualquer deflator) cresce 6%, com as exportações (procura externa de produtos internos) a crescerem 47,5% e a Procura Interna de Produtos Internos a cair 14%.

Usando a inflação do INE para deflacionar a procura interna e a inflação mundial para deflacionar a procura externa o PIB cai -3,8%, com as exportações a crescerem 42,7% e a procura interna dos nossos produtos a reduzir-se em 16,6%.

Portanto, as exportações dos nossos produtos crescem entre 43% e 48%, enquanto a capacidade de satisfazer a procura interna através da produção interna, a que o debate económico costuma chamar “produção interna”, longe de ter crescido, diminuiu entre 14% e 17%!

A produtividade por trabalhador da produção não exportada — PIB não exportado (BNA) a dividir pelo número de empregados (INE)¹ — cai de 356 para 278 USD mensais!

As exportações sobem vertiginosamente.

As exportações de petróleo bruto crescem 47% em valor nominal, mas decrescem 16% em volume, mostrando uma total dependência dos preços nos mercados internacionais. Relativamente ao 1.º Semestre de 2019, caem 21% em valor!

As exportações de outros bens do sector petrolífero, nomeadamente o gás liquefeito, registam também um crescimento totalmente suportado nos preços no mercado internacional. As exportações de diamantes crescem 46% em valor, mas apenas 5% em quilates; relativamente ao semestre homólogo de 2019, sobem 5% em valor, mas caem 3% em quantidade.

As exportações de tudo o resto (bens e serviços) crescem 82% em valor, mas caem 62% relativamente a 2019, nomeadamente devido à perda quase total dos serviços de

¹ Não excluimos os trabalhadores das indústrias exportadoras, o que distorce o cálculo, mas não nos parece demasiado relevante quando a ênfase recai sobre a evolução e não sobre o valor absoluto.

viagens, que eram a nossa maior exportação de produtos fora dos sectores petrolífero e diamantífero.

Admitindo que as exportações totais serão proporcionais às exportações de crude e que se assista a um crescimento nominal da “produção interna” nulo relativamente ao 1.º Semestre, teremos:

— Comparando com o ano de 2020, prevemos que a “produção interna” cresça -9%, as exportações +83% e o PIB +24%!

— Comparando com o ano de 2019, o último período completo pré-pandemia, prevemos que a “produção interna” cresça -29%, as exportações +9% e o PIB -13%!

A situação do emprego revela uma estagnação completa entre o final de 2020 e o 2.º Trimestre de 2021. Relativamente a 2019, assiste-se a uma deterioração significativa do emprego formal (-360 mil empregos) e a um aumento substancial do emprego informal (+ um milhão e cem mil empregos), que traduz um crescente e muito preocupante divórcio entre a actividade económica e o Estado.

O consumo, medido através da soma da produção interna não exportada com a importação de bens de consumo final, em USD deflacionados da inflação mundial, cai 16,5%, devido ao decréscimo de 16,6% da “produção interna” e ao crescimento de 11% das importações. Relativamente a 2017, o consumo reduz-se em cerca de 50%.

Esta redução da oferta ao consumo e a diminuição da concorrência devido à queda no número de negócios são as principais causas da enorme inflação em 2021!

A conta externa melhora significativamente, com a conta corrente a apresentar um *superavit* de 3,7 mil milhões de USD. Contudo, a conta financeira, excluindo activos monetários, deteriora-se de 1,3 mil milhões positivos para quase 3 mil milhões negativos, devido ao aumento da concessão de crédito comercial ao exterior no valor de 1,6 mil milhões e à redução do investimento estrangeiro em 1,1 mil milhões, nomeadamente o investimento directo estrangeiro (0,8 mil milhões) e dos empréstimos externos (0,6 mil milhões).

Os activos monetários externos estagnaram (+23 milhões de USD). As reservas internacionais líquidas voltam a crescer devido à melhoria da conta-corrente.

O ambiente de negócios não mostrou evolução significativa. Os programas governamentais têm prometido muito, mas produzido poucos resultados. A riqueza, especialmente a imobiliária e fundiária, não se transforma em capital devido às resistências para a alteração da Lei de Terras; o mercado financeiro continua a transaccionar exclusivamente dívida estatal; como vimos, a informalidade na economia aumentou; o número de negócios não cresce, e a percentagem das empresas criadas que iniciaram a actividade cai de 30% para 20%; as regras continuam confusas, e em grande parte inexecutáveis, logo, toleradas discricionariamente, prejudicando a concorrência leal; o estado das estradas e as práticas de interferência das autoridades a todos os níveis têm afastado a extensão da actividade comercial ao campo, prejudicando gravemente a economia e as relações inter-regionais; o comércio externo continua condicionado administrativamente, agora com um alívio temporário discricionário, pois o DP 23/19 mantém-se em vigor; a confiança não aumenta porque a solução dos conflitos comerciais é lenta e as regras pouco claras; o ensino regrediu durante a pandemia, mostrando, ainda, uma forte inércia para voltar aos níveis de 2019; as regras são pouco

explícitas e mal regulamentadas, dando azo a interpretações discricionárias pelos agentes de autoridade; a segurança pública, apesar dos esforços, tem-se deteriorado com o aumento dos níveis de miséria, continuando a PN a estar incumbida de actividades de controlo da actividade dos cidadãos em detrimento do combate à delinquência e ao crime; a despesa do Estado continua centrada na burocracia sendo urgente um debate sério sobre a distribuição da despesa pública e os níveis de serviços públicos possíveis; o combate à corrupção tem sido acompanhado de uma má gestão dos activos recuperados, penalizando a economia e não apenas os prevaricadores, e continua muito limitada pela lei, que devia permitir o escrutínio dos agentes do Estado que possuem riqueza, sob as mais variadas formas, superior ao que alguma vez auferiram na sua actividade; finalmente, mas de importância crucial, as chefias intermédias não exigem níveis de produtividade aos seus funcionários, que se perdem a engendrar esquemas para obter meios ilícitos à custa do serviço público que deviam prestar.

O simplifica tem de ser aprofundado e acompanhado de medidas contra a resistência da burocracia instalada; o Kwenda e o PRODESI não podem absorver todo o esforço e atenção do Estado: o que importa é o crescimento do apoio social e da produção, que, na verdade, declinam, sendo estes programas muito úteis, mas apenas se servirem como exemplo dinamizador do resto da actividade.

Neste quadro, a política monetária do BNA não tem contribuído para o desenvolvimento da produção. Na nossa opinião o BNA é das poucas instituições tecnicamente competentes do nosso Estado, o que, de um lado é muito positivo, mas, de outro, torna extremamente eficazes as suas políticas quando, na nossa opinião, prejudicam o crescimento.

O BNA tem secado com a máxima eficácia toda e qualquer liquidez do sistema monetário, constituindo um sério entrave ao desenvolvimento do crédito, que é uma das condições essenciais da melhoria do nosso ambiente de negócios.

Os dados sobre a política fiscal são muito pouco detalhados. Necessitamos de dados exactos e detalhados. Porém, mesmo com o escasso detalhe disponível, é perfeitamente claro que há um empolamento exagerado da burocracia e da defesa em detrimento do apoio social nos orçamentos e da execução da segurança pública face à educação e à saúde.

Antes de mais, é necessário reconhecer a nossa história e assumir o dever social de apoio aos antigos militares, quer os que ainda se encontram, desnecessariamente, nas fileiras, quer os que já foram reformados ou simplesmente desmobilizados. É nossa opinião que o Estado e a sociedade têm o dever moral de reconhecer o direito a uma reforma digna de todos os militares que serviram durante os conflitos e de assumir esta despesa, de forma clara, como despesa de apoio social, retirando-a da defesa. Esta rubrica, assim clarificada, não deve, na nossa opinião, representar mais de 4% da despesa pública.

A burocracia continua a ocupar uns inaceitáveis 30,5% (OGE 22) da despesa, que é necessário reduzir drasticamente para não mais de 4%. É que a maior parte desta despesa, além de excessiva, é extremamente prejudicial à actividade económica e à vida dos cidadãos. Longe de ser um serviço público, é, em geral, uma imposição que só prejudica. O cerne do problema da política fiscal radica exactamente aqui e na sua contrapartida, que é o apoio social directo aos cidadãos necessitados, substituindo os nefastos subsídios a preços.

Outro problema da política fiscal tem sido a execução, criando-se um orçamento completamente diferente do que foi debatido e aprovado através da execução que tem privilegiado a defesa e a segurança em detrimento da educação e da saúde.

As receitas petrolíferas, com exceção do ano de 2021, que se compara com a situação excepcional de 2020, têm decrescido constantemente. Entre 2030 e 2033, terão desaparecido na prática. Há que pensar, hoje, como queremos manter viável o Estado angolano através da subida da receita não petrolífera e da descida da despesa do Estado. O último capítulo deste relatório apresenta a nossa proposta de estratégia fiscal.

Luanda, 3 de Janeiro de 2022